

**ATA DA 43ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 19 e 20/02/2003

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência)
Agência Nacional de Águas: Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis (dalvacireis@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Luiz Roberto Moretti (lmoretti@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: Jessé Cláudio de Lima Costa (sih-depe@prodase.com.br)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Vanessa Tafla (vtafla@lacazmartins.com.br)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: (ausência justificada)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Fernando Antônio Rodrigues Netto (bpp@daee.sp.gov.br)
Organizações não governamentais: (ausência justificada)

CONVIDADOS:

Jorge Thierry Calasans – ANA (thierry@ana.gov.br)
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)
Rosana Helena Martins – CETESB/SP (rosam@cetesb.sp.gov.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

DATA: 19/02/2003

Início: 13:40 h

Término: 17:40 h

Às nove horas e cinquenta minutos do dia dezanove de fevereiro de 2003, o Dr. Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou o primeiro dia de trabalho da 43ª Reunião. Deu boas vindas a todos e lembrou da pretensão de continuidade da discussão dos temas levantados na reunião anterior. Disse que os assuntos elencados seriam polêmicos e propôs que, como metodologia de discussão, ficasse definido que uma vez esgotadas as discussões específicas, não ocorresse retorno. A Dra. Sonáli ressaltou que discussões dessa natureza não poderiam ter previsão de término; disse concordar com o proposto, desde que o debate de novos pontos de vista não fossem cerceados; propôs que, para cada assunto discutido, fosse elaborado um documento resumo. O Dr. Julio Thadeu assentiu e destacou que a discussão de um tema poderia não levar a um consenso de opiniões, mas que seria imprescindível a determinação de procedimentos. A Dra. Dalvacir demonstrou sua preocupação com a formalização do produto das discussões; disse entender que, em alguns casos, a definição de diretrizes propiciaria inclusive o surgimento de propostas de resoluções. A Dra. Patrícia lembrou da importância da inserção, nos respectivos documentos que originaram a discussão, como a Resolução nº 5 e o Regimento Interno, dos consensos com relação aos temas discutidos. Findas essas considerações iniciais, o Dr. Julio Thadeu solicitou retorno à pauta (**Anexo I**), com a aprovação da ata da 42ª reunião; a ata foi aprovada com modificações. Em seguida, o Dr. Julio Thadeu passou aos itens 3 e 4 da pauta, com a leitura dos pontos elencados na reunião anterior, associando-os aos grupos de trabalho criados (**Anexo II**). O Dr. Julio Thadeu passou a palavra à Dra. Patrícia para início das apresentações sobre os trabalhos realizados, tema 1. A Dra. Patrícia disse que foram elaboradas minutas de questionários (**Anexo III**) cujo objetivo seria proporcionar uma avaliação da representatividade dos votos em uma assembléia deliberativa para escolha de representantes no CNRH; após inúmeras ponderações sobre os procedimentos ficou decidido que os questionários seriam discutidos

no âmbito da CTIL, após solicitação de contribuições, com data limite de sete de março próximo para recebimento pela Secretaria Executiva; o texto produzido seria então encaminhado ao Conselho. Passou-se à discussão do tema 2: abrangência das normas do CNRH; foi solicitado à Dra. Maria Luiza que apresentasse o trabalho realizado. A Dra. Maria Luiza disse que a minuta de proposta de resolução elaborada (**Anexo IV**) teria caráter eminentemente interpretativo do que já estaria estabelecido e procurava deixar explícito que os Estados deveriam observar as resoluções do CNRH na elaboração de seus atos normativos; em seguida, procedeu à leitura do documento. O Dr. Julio Thadeu salientou que não existiriam dúvidas com relação à competência do CNRH no estabelecimento de diretrizes gerais de abrangência nacional; o próximo passo, disse, seria deixar isso explícito na proposta de resolução. Foi observado que o artigo 1º da proposta seria mais restritivo do que seu respectivo parágrafo 1º e sugerida a inversão dos mesmos. A Dra. Sonáli citou competências do CNRH estabelecidas pela Lei nº 9.433, de 1997, assim como as competências da União de legislar sobre água, estabelecidas na Constituição, e questionou se a regulamentação destes assuntos seria pretendida com esta resolução. A Dra. Patrícia falou que esta resolução seria necessária pelo caráter peculiar das deliberações do CNRH; observou que instrumentos seriam necessários para que os estados pudessem efetivamente implementar suas respectivas políticas de recursos hídricos; ressaltou que os atos do CNRH deveriam ser sempre pautados na intenção de descentralizar e também motivar a participação. O Dr. Julio Thadeu propôs então o seguinte andamento para a questão: elaboração de nova redação para a proposta de resolução, com a inserção de modificações baseadas no que teria sido discutido, principalmente com relação ao art. 1º e seu parágrafo 1º; o trabalho ficaria sob a responsabilidade de Grupo composto pela Dra. Maria Luiza, Dra. Dalvacir, Dr. Roberto e Dr. Wilson; o produto deveria ser encaminhado para a próxima reunião da CTIL. Houve a concordância de todos. Às 12:20 horas, foi proposta pausa para almoço. A reunião foi reiniciada às 14:45 horas, com a condução do Dr. Wilson. A Dra. Rosa externou sua preocupação com a ocorrência de sobreposições entre a competência normativa do CNRH e a da ANA; disse que a intenção seria propor a execução de estudos comparativos entre as atribuições. Ficou acertada a inclusão do tema como nº 12, no Anexo II, com o título de "limites da competência normativa da ANA", para discussão posterior. O Dr. Julio Thadeu retornou e assumiu a direção da reunião. Com relação ao próximo tema, de número 3, "Regras de articulação", ficou adiada sua discussão para o dia seguinte, com a presença do Dr. Cabral. Com relação ao item 4, "relação institucional entre comitês de bacia e comitês de suas sub-bacias", a Dra. Patrícia sugeriu que deveria partir da SRH uma proposta relativa ao tema. O Dr. Julio Thadeu assentiu e se comprometeu a apresentá-la, com a colaboração do Dr. Cabral, Dra. Patrícia e Dra. Dalvacir. Em prosseguimento, passou-se ao item 5, "Limites de competência entre o CNRH e o CONAMA". O Dr. Roberto disse que tem sistematicamente solicitado, nas reuniões das CTs do CONAMA, a efetivação de convites à participação das CTs do CNRH, em assuntos pertinentes. A Dra. Patrícia citou minuta de ofício elaborada no âmbito da CTPOAR (**Anexo V**), encaminhada ao Secretário Executivo do CNRH, com a solicitação de envio ao Secretário Executivo do CONAMA, sugerindo o estabelecimento de ações conjuntas entre os dois conselhos, em assuntos pertinentes. O Dr. Julio Thadeu destacou a importância da convivência entre os órgãos gestores dos dois sistemas, recursos hídricos e meio ambiente, para integração das atividades; destacou que ênfase deveria ser dada aos aspectos concernentes a implementação dos instrumentos da gestão de recursos hídricos. O Dr. Julio Thadeu precisou se ausentar e o Dr. Luiz Cláudio assumiu a condução dos trabalhos. O Dr. Roberto falou da importância da determinação dos vários momentos de integração dentro dos processos de licenciamento de atividades. A Dra. Rosa disse que as questões não seriam apenas de cunho normativo, mas também relativos à operacionalização da implementação dos instrumentos; exemplificou citando o CEIVAP e destacou a importância da participação da ANA e órgãos gestores estaduais. O Dr. Roberto relatou que o surgimento das figuras da concessão de outorga preventiva e também de lançamento de efluentes teria obrigado o CONAMA a se adequar; afirmou que as deliberações do CONAMA não pretendiam impor condicionantes às outorgas, apenas a determinação de questões referentes aos tempos e movimentos dentro dos procedimentos de licenciamento. O Dr. Fernando ressaltou que questões inerentes ao relacionamento entre os conselhos precisariam ser resolvidas com diálogo entre os órgãos envolvidos. O Dr. Luiz Cláudio propôs que o a minuta de ofício elaborada pela CTPOAR, citada pela Dra. Patrícia, fosse encaminhada aos membros da CTIL, para conhecimento. Como desdobramento da questão, sugeriu que a resposta a ser recebida também fosse divulgada; dessa forma, a discussão do tema ficaria temporariamente suspensa. Houve a aceitação de todos. Passou-se então ao

item 6, "Estratégias para a implementação do SINGREH (estrutura institucional dos estados)" com a apresentação, pela Dra. Patrícia, dos trabalhos realizados. A Dra. Patrícia disse que a proposta enviada (**Anexo VI**) objetivava alavancar a implementação da gestão de recursos hídricos nos estados; em seguida, explanou a proposta: a cada reunião do CNRH, apresentação do modelo de gestão de recursos hídricos dos estados e estágio atual de implementação; efetivação de reunião entre secretários de recursos hídricos, coordenada pela Secretaria de Recursos Hídricos, visando a proposição de metas para a implementação dos respectivos sistemas de gerenciamento de recursos hídricos, com ênfase para o instrumento de outorga. O Dr. Julio Thadeu retornou à reunião. A Dra. Dalvacir disse temer que a participação do CNRH na implementação das políticas estaduais ficasse restrita apenas ao aspecto discursivo; algumas providências fundamentais, complementou, não seriam do âmbito do CNRH. O Dr. Fernando opinou que a gestão de recursos hídricos não era devidamente priorizada pelos estados; destacou o convencimento dos governadores sobre a importância da participação no CNRH, de forma que a criação de novas vagas se tornasse efetiva. O Dr. Julio Thadeu disse que os estados participarão efetivamente do CNRH a medida que as deliberações do Conselho atinjam sua plena abrangência. A Dra. Dalvacir citou o art. 29, da Lei nº 9.433, de 1997, e a Dra. Sonáli destacou que a implementação e funcionamento do SINGREH depende obrigatoriamente do exercício, por parte do Poder Executivo Federal, das competências ali explicitadas. A Dra. Patrícia esclareceu que a idéia seria a realização de um primeiro gesto de atração dos estados para o assunto; mas a meta, salientou, seria a plena implementação do SINGREH. O Dr. Julio Thadeu propôs que fosse estudada a elaboração de documento deliberativo do CNRH contendo proposição aos órgãos públicos federais de que, no repasse de recursos financeiros, fosse incluída a obrigatoriedade, pelos favorecidos, do cumprimento de certas condicionantes que levassem à melhoria do sistema. O Dr. Moretti concordou com a idéia, e propôs a elaboração de proposta de resolução para a constituição de Grupo de Trabalho que trabalhasse na proposição de caminhos. O Dr. Fernando destacou a importância dos trabalhos conduzidos pelos comitês na reivindicação de medidas na área política dos estados; advertiu para o risco da proposição de medidas ingênuas do ponto de vista político. Finalizados os debates sobre o tema, foram listados os seguintes procedimentos subseqüentes: que o CNRH convide os secretários estaduais para exposições nas reuniões (a cargo da Secretaria Executiva); elaboração de proposta de moção aos governadores recomendando a adoção de medidas relativas à plena implementação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos (a cargo do Dr. Wilson); elaboração de proposta de resolução para criação de GT com o objetivo de analisar a viabilidade da proposição de mecanismos para que, no repasse de recursos de órgãos federais, fossem estabelecidas condicionantes relativas à implementação de aspectos da gestão de recursos hídricos (a cargo do Dr. Moretti); elaboração de proposta de moção, dirigida à ANA e à SRH, recomendando a criação de programa específico voltado para o fortalecimento da gestão de recursos hídricos nos estados (a cargo da Dra. Patrícia). Ficou acertado que os trabalhos deverão ser encaminhados para a próxima reunião da CT. Nesse momento, às 18:00 horas, foram encerrados os trabalhos do primeiro dia de reunião.

DATA: 20/02/2003

Início: 9:40 h

Término: 17:30 h

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte de fevereiro de 2003, o Dr. Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou o segundo dia da 43ª Reunião. Passou a palavra ao Dr. Cabral para retorno à discussão dos temas levantados na 42ª reunião, mais precisamente ao item 3, "regras de articulação". O Dr. Cabral disse que a pretensão seria a proposição de uma forma de posicionamento do CNRH com relação ao previsto no art. 4º e art. 35, inciso II, da Lei nº 9.433, de 1997. Disse que, para tanto, elaborara minuta de proposta de decreto (**Anexo VII**); procedeu à leitura do texto e teceu comentários sobre cada artigo. Fez a ressalva de que estaria entendendo que a articulação deveria prevalecer sobre a obrigatoriedade imposta por um decreto. O Dr. Hugo disse que a invasão de competências seria habitual e também opinou que a articulação para o estabelecimento de competências seria o melhor caminho. O Dr. Fernando ressaltou que um processo de articulação seria essencialmente político e, como tal, impossível de ser regulamentado. Também se mostrou contrário a elaboração de um decreto para tal fim, assim como o Dr. Jessé. O Dr. Julio Thadeu esclareceu que a intenção do art. 4º teria sido não deixar aberta a questão da vinculação entre dominialidades diferentes dentro de uma mesma bacia. Já com relação ao art. 35, esclareceu, a intenção teria sido incentivar a articulação de interesses setoriais. Disse que a estratégia para diminuição da invasão de competências passaria pela ampliação da divulgação das atividades do CNRH. A Dra. Dalvacir

relatou que, com relação aos temas em discussão no CONAMA, reuniões seriam organizadas pela Casa Civil com o intuito de discutir e definir o posicionamento do Governo. Destacou que a definição de assento para o Ministério Público nas reuniões do CONAMA teria sido elogiada e relacionada à melhoria do nível das discussões. O Dr. Julio Thadeu lembrou que, embora a participação do Ministério Público não estivesse prevista no CNRH, o Regimento Interno permitia que ocorressem convites; propôs a formalização de convite. A Dra. Sonáli ressaltou que os itens 3, 5 e 6 relacionam-se à questão da articulação e que, após as discussões efetuadas, entendia que a estratégia a ser seguida para a solução das questões levantadas nos citados itens, passaria pelas linhas de ação: foco nas competências; e, difusão de conhecimentos, informações e ações. No que diz respeito ao foco das competências, disse tratar-se do exercício, de fato, por quem de direito, das competências explicitadas na Lei nº 9.433, de 1997, mais especificamente aquelas estabelecidas no seu art. 29, incisos I e IV. Quanto à difusão de conhecimentos, informações e ações, indicou tratar-se de dar maior visibilidade ao CNRH, no que diz respeito à sua atuação e às repercussões de suas deliberações, assim como difundir mais a PNRH e o SINGREH. O Dr. Wilson ressaltou a importância de que o convite ao Ministério Público fosse feito à sua Procuradoria específica. O Dr. Jessé indicou a importância do Ministério Público como aliado nos trabalhos do CNRH como forma, inclusive, que as questões de recursos hídricos fossem internalizadas em suas procuradorias; sugeriu que o Regimento Interno fosse modificado para dar garantia de voz ao Ministério Público. Foi ressaltada a importância da participação do MP também nas reuniões das CTs. O Dr. Julio Thadeu lembrou que o objetivo principal seria aumentar a visibilidade do CNRH e as principais ações levantadas foram: convite ao Ministério Público para participação nas reuniões do CNRH e das CTs; maior divulgação na mídia; ação junto a Casa Civil; ação junto a CONJUR. O Dr. Julio Thadeu precisou ausentar-se e o Dr. Wilson assumiu a coordenação dos trabalhos. Foi também lembrada a importância do comparecimento e permanência nas reuniões do CNRH da Presidente do Conselho. Ficou decidido que as ações para atingir as metas listadas anteriormente deveriam ser apresentadas pela SRH na próxima reunião. O Dr. Wilson solicitou então o debate sobre o tema 7: "dominialidade das águas x fundamentos e diretrizes". A Dra. Patrícia sugeriu que fosse feito convite ao Dr. Gilberto Canáli para discorrer sobre o assunto na próxima reunião da CTIL. A idéia foi aceita por todos e a Secretaria Executiva incumbida de tomar as devidas providências. Com relação ao tema 8, "Geopolítica dos Recursos Hídricos", cuja incumbência de apresentação de proposta fora confiada ao Dr. Décio Michellis, que não estava presente, a discussão foi transferida para a próxima reunião. Foi proposta pausa para almoço, às 12:00 horas. O retorno ocorreu às 14:15 horas, com a discussão do tema 12, "Limites da competência normativa da ANA". Com relação ao tema, a Dra. Patrícia propôs que fosse elaborada proposta de decreto que tratasse da regulamentação do inciso II, art. 4º, da Lei nº 9.984, com a justificativa de que o CNRH também teria a competência normativa para aspectos ligados à implementação da gestão de recursos hídricos. O Dr. Wilson ressaltou que a competência do CNRH se referiria ao estabelecimento de diretrizes complementares para a implementação da gestão de recursos hídricos. O Dr. Moretti concordou e salientou que cada um, CNRH e ANA, trabalhariam no seu plano de ação, e que não estariam ocorrendo sobreposições. A Dra. Patrícia disse que não teria dúvidas com relação à competência normativa da ANA no âmbito de suas ações; entretanto, ressaltou que a maioria de suas resoluções ultrapassaram este âmbito. Disse que o referido item da Lei daria margem a várias interpretações e que, por isso, estaria sugerindo sua regulamentação. Lembrou que uma análise da CONJUR poderia antever essas possíveis sobreposições de competências. O Dr. Julio Thadeu retornou à reunião. A Dra. Dalvacir sugeriu, como abordagem inicial, que fosse dado conhecimento do assunto à Procuradoria Geral da ANA e à CONJUR; como passo seguinte, propôs que o tema fosse assunto da próxima reunião da CTIL, na forma de debate com a presença de representante da Procuradoria da ANA e da CONJUR. O Dr. Julio Thadeu assentiu e disse que a proposta seria plausível e coerente. Com a aprovação de todos os presentes, ficou definido que a discussão do tema deveria ser item de pauta da próxima reunião, com previsão de duração de duas horas; a Dra. Dalvacir se encarregaria de contatar a Procuradoria da ANA e a Secretaria Executiva, a CONJUR. Com isso, passou-se a discussão do tema 9. O Dr. Julio Thadeu explicou que os temas 9, 10 e 11, levantados por ele, fariam parte da Lei nº 9.433, de 1997, e não teriam sido devidamente tratados. Com relação ao item 9, "bacias transfronteiriças", comentou que acordos entre países regeriam as questões de uso da água de rios transfronteiriços; propôs que fosse dedicado tempo para a elaboração de proposta de normas gerais, sob o ponto de vista do Brasil, para o assunto. O Dr. Thierry relatou que a CTGRHT já estaria trabalhando em uma proposta de resolução sobre o assunto.

Ficou decidido que a CT aguardaria o encaminhamento da proposta de resolução pela CTGRHT, quando finalizada, para retomar a discussão sobre esse assunto. Foi sugerido que o Dr. Thierry proferisse, na 45ª reunião, palestra sobre a questão de águas compartilhadas. Passou-se ao tema 10: "participação das comunidades indígenas e da FUNAI nos comitês". O Dr. Julio Thadeu esclareceu que a representação das comunidades indígenas teria sido contemplada pela primeira vez na composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBH-SF. Lembrou que as representações em questão estariam estabelecidas pela Lei nº 9.433, de 1997, mas que não ocorria a especificação do segmento. Ressaltou que a FUNAI seria obviamente indicada como representante no rol do Governo Federal; dito isso, questionou como ficariam as comunidades indígenas. Após debates, ficou decidido que a melhor solução seria a adotada quando da composição do CBH-SF, e que o Dr. Hugo se encarregaria de elaborar texto para inserção do assunto na Resolução CNRH nº 5. Com relação ao item 11, o Dr. Julio Thadeu disse que as águas costeiras não seriam consideradas gerenciáveis pelo SINGREH. O Dr. Jessé lembrou que foi criado Grupo de Gerenciamento Costeiro, com ação em âmbito nacional; sugeriu que fosse convidado representante do Grupo para realizar apresentação na CT. O Dr. Roberto lembrou que a atuação da Política Nacional abrangeria os cursos de água até a foz, quando ocorreria a sobreposição com o gerenciamento costeiro. O Dr. Wilson destacou a importância de que a CT conheça a legislação pertinente e que seja discutida a integração e articulação. O Dr. Julio Thadeu indicou que o consenso das discussões seria a realização de palestra por representante do Grupo de Gerenciamento Costeiro; com a concordância de todos, solicitou que a Secretaria Executiva tomasse as providências necessárias. O Dr. Wilson citou outro item não listado no Anexo I: "a articulação dos recursos hídricos com o uso do solo". Foi consenso a necessidade do estabelecimento de diretrizes de ação sobre o assunto. O Dr. Moretti opinou que esse tipo de trabalho seria característico de comitês, onde ocorreriam negociações com participação ativa dos prefeitos, responsáveis pela gestão do uso do solo. O Dr. Wilson argumentou que isso não impediria que fossem estabelecidas diretrizes nacionais sobre o assunto. O Dr. Jessé relatou que, nos processos de concessão de outorga de competência do Estado de Sergipe, seria exigida declaração de concordância com os Planos Diretores Municipais. Ficou acertado que o Dr. Jessé elaboraria primeira minuta de documento sobre essa integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de uso do solo. Ficou acordado que a discussão da revisão da Resolução CNRH nº 5 e do Regimento Interno deverá voltar a pauta da seguinte forma: dos dois dias de reunião, um seria dedicado exclusivamente à discussão específica desses assuntos. Findos os assuntos, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

JULIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores